

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.104 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2000

## Senadores debatem proposta de ACM para combater criminalidade

Melo é a favor da revisão do conceito de defesa nacional • Simon lembra que é antiga a oposição de militares ao uso das Forças Armadas contra a violência • Suplicy e Lauro cobram mais trabalho e renda • Camata quer controle da entrada de armas • Rocha propõe comissão do Congresso para analisar propostas • Francelino pede plano de defesa da democracia

PÁGINAS 8 E 9

### **Relator apresenta substitutivo a três projetos sobre proibição de armas**

PÁGINA 6

Lobão e Agripino ouvem Calheiros (D), que apresentou seu substitutivo à CCI



### **CAE aprova projeto que cria código de defesa do contribuinte**

PÁGINA 5

Antonio Carlos Magalhães inaugurou a exposição propondo o estímulo ao "orgulho de ser brasileiro"



### **Senado assinala 500 anos do Descobrimento com exposição**

PÁGINA 2



### **Comissão de Orçamento vota relatório final do PPA**

PÁGINA 7

### **Conselho de Ética recebe hoje parecer sobre caso Luiz Estevão**

PÁGINA 10



### **CPI OUVI DEPOIMENTOS E QUEBRA SIGILO DE 26 PESSOAS E EMPRESAS**

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas ouviu ontem depoimentos de empresários e representantes de transportadoras, e aprovou a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 26 pessoas e empresas. A lista foi elaborada a partir dos trabalhos das CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos instaladas pela Câmara dos Deputados.

PÁGINA 10

# ACM defende estreitamento de relações com os Estados Unidos

Para que isso aconteça, diz senador, devem ser reduzidas as barreiras contra a entrada de produtos brasileiros em território norte-americano

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem uma missão do Conselho Empresarial Brasil/Estados Unidos, que está em Brasília para se encontrar com autoridades dos poderes Executivo e Legislativo e estreitar as relações econômicas e políticas entre os dois países.

Antonio Carlos apontou as barreiras comerciais norte-americanas como obstáculos ao desenvolvimento de uma parceria ainda mais intensa entre as duas nações americanas.

O senador propôs uma ação política firme em benefício de uma parceria mais efetiva, o que, no seu entender, pressupõe a redução de mecanismos protecionistas existentes na legislação norte-americana que impedem a entrada de produtos brasileiros



Antonio Carlos recebeu membros do Conselho Empresarial Brasil/EUA

nos Estados Unidos.

Os empresários Mário Villares e Robert Petterson, respectivamente presidentes das seções brasileira e norte-americana do conselho, agradeceram a oportunidade de contato com Antonio Carlos e manifestaram esperança em que, pelo diálogo, será possível desenvolver de maneira crescente as relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

**REFORMA TRIBUTÁRIA**  
Na avaliação de Antonio Car-

los, dificilmente a reforma tributária brasileira será feita em 2000, em razão das dificuldades de ajustar os interesses da União, estados e municípios, principalmente em ano de eleições municipais. O senador destacou que a CPI do Judiciário obteve bons resultados, mas a impunidade persiste como um grave problema brasileiro. Ele acentuou, ainda, a importância de o país promover a reforma do Judiciário, que está em discussão no Congresso.

## Inaugurada exposição dos 500 anos

Com a presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort, o senador Antonio Carlos Magalhães inaugurou ontem a exposição *Memória e Futuro*, promovida pelo Senado para comemorar o Descobrimento do Brasil, e aproveitou para fazer um balanço positivo dos 500 anos do país:

– Devemos estimular em nosso povo o orgulho de ser brasileiro. Construímos uma grande nação, superando imensos obstáculos, típicos de um país continental. Sinto-me feliz de ver hoje aqui, além de autoridades e parlamentares, os estudantes de Brasília, pois esta exposição foi feita principalmente para eles, os moços que vão comandar o país amanhã – afirmou.

Antonio Carlos elogiou a atuação do Ministério da Cultura, que organizou a mostra em parceria

com o Senado. O ministro Weffort também acentuou a importância do evento para conscientizar a sociedade de que há, sim, muito o que celebrar, na passagem dos 500 anos.

Weffort congratulou-se com o Senado pela oportunidade de realizar a exposição, e elogiou a iniciativa de Antonio Carlos, lembrando a ligação do senador com a proteção dos bens culturais, em especial pela restauração do conjunto arquitetônico colonial do Pelourinho, em Salvador:

– O senador é um exemplo de político que assumiu a responsabilidade de proteção à cultura brasileira. No seu caso, isso não se mede apenas pelo apoio integral dado a esta exposição; é um compromisso de vida, expresso em obras como a restauração do Pelourinho.



### Ex-presidente do STJ agradece apoio

O ministro Antônio de Pádua Ribeiro esteve na manhã de ontem (foto) com o senador Antonio Carlos Magalhães, para agradecer pela colaboração recebida enquanto presidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ). ACM também recebeu pela manhã a governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Em encontro qualificado como “visita de cortesia”, ele e a governadora do Maranhão trocaram impressões a respeito de temas de interesse do estado.

## Senador participa de ato de homenagem a Marco Vilça

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou de sessão solene realizada pela Câmara dos Deputados em homenagem à memória de Marco Antônio Vilça, recentemente falecido. O homenageado era filho do ministro Marcos Vilça, do

Tribunal de Contas da União (TCU). O senador acompanhou diversos pronunciamentos de parlamentares, que recordaram a personalidade de Marco Antônio e seu trabalho como *marchand*, em benefício do desenvolvimento das artes plásticas brasileiras.



### AGENDA

QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2000

<p>Antonio Carlos Magalhães Presidente</p> <p>11h30 – Recebe David Zylbersztajn, diretor-geral da ANP 13h – Participa de almoço com o professor José Ramirez, diretor do Instituto do Coração (Incor) 15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal</p>	<p><b>Brasil 500</b></p> <p><b>SENADO FEDERAL</b></p>
<p><b>PLENÁRIO</b></p> <p>14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: Mensagem nº 99/2000, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial – reforma da Previdência Social/Segunda Fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; Mensagem nº 71/2000, referente à indicação de Lauro Barbosa da Silva Moreira para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Marrocos; Mensagem nº 104/2000, submete ao Senado o nome de Celso Marcos Vieira de Souza para o cargo de embaixador do Brasil no Egito; PLC nº 33/99, acrescenta artigo à Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; PDL nº 46/96, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio (PR); PDL nº 176/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradina para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina (SP); PDL nº 198/99, aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento do Una (PE); e Requerimento nº 267/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 67, 83 e 126, de 2000, por regularem a mesma matéria.</p>	
<p><b>COMISSÕES</b></p> <p>9h – Reunião do Conselho de Ética e Decora Parlamentar destinada à apresentação do parecer do senador Jefferson Péres, na condição de relator da Representação nº 2/99, contra o senador Luiz Estevão. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6</p> <p>9h – Comissão de Assuntos Sociais Pauta: PLC nº 19/2000, autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22. Audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mantendo com empregadores o ônus de provar que não existe o vínculo empregatício. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 11</p> <p>9h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: 1ª parte: exposição do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, tendo em vista o Requerimento nº 9-CCJ, de iniciativa do senador Pedro Simon. 2ª parte: audiência pública visando orientar sobre o PLC nº 65/99 (Lei da Mordaza). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3</p> <p>10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Pauta: votação do relatório final do Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados</p> <p>15h – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul Pauta: discussão e votação do Acordo de Exatidão entre os Estados Partes do Mercosul e do PL nº 910/99, que dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo governo federal. Plenário 16, Anexo II da Câmara dos Deputados</p> <p>Após a Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: audiência pública sobre a PEC nº 86/99 (recursos para a saúde), com a presença dos governadores do Piauí, Francisco de Assis de Moraes Souza; da Bahia, César Borges; do Ceará, Tasso Jereissati, e da Paraíba, José Targino Maranhão. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3</p>	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário define pena para exploração sexual de menor

Projeto inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente punição de quatro a dez anos de reclusão para quem submeter criança ou adolescente a prostituição. Proprietário ou responsável pelo local em que ocorrer o crime estará sujeito à mesma pena

O Senado delibera hoje sobre projeto de lei da Câmara que inclui, no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo destinado a punir com quatro a dez anos de reclusão quem submeter criança ou adolescente a prostituição ou a exploração sexual. Pelo projeto, incorre na mesma pena o proprietário, gerente ou responsável pelo local em que se verificar essa exploração.

A condenação por esse crime, dispõe o projeto, terá como efeito também a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento em que se verificar o delito. De autoria da deputada Luiza Erundina, o projeto visa adequar a legislação brasileira à Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Uni-

das, e proporcionar a adequada proteção aos menores vitimados pela exploração sexual.

Em regime de urgência, o Senado decide também se autoriza o governo a contrair empréstimo de até US\$ 505 milhões com o Banco Mundial (Bird), para a segunda fase da reforma da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil. Em sua mensagem, o governo diz que a finalidade da operação é apoiar as medidas adotadas para manter o nível de despesa e investimento público na área social.

O Senado delibera ainda, em segundo turno, sobre a proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de

percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a emenda objetiva garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

Outra decisão que o Plenário deve tomar é sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão das seguintes emissoras: Rádio Atlântica FM, de Cornélio Procópio (PR); Rádio Andradina, de Andradina (SP); e Rádio Difusora Vale do Rio Una, de São Bento (PE).



Plenário também vota autorização de empréstimo externo de até US\$ 505 milhões

## Incentivo à irrigação será votado em segundo turno

Em segundo turno, o Senado realizou ontem o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional com que o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) deseja prorrogar por mais dez anos os percentuais que a Constituição atualmente impõe que sejam aplicados em projetos de irrigação situados no Nordeste e Centro-Oeste. Se a emenda for aprovada em segundo turno hoje, e a Câmara mantiver essa decisão, o Nordeste continuará com 50% desses recursos e o

Centro-Oeste com 20%.

A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos. Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assembléia Constituinte, a prorrogação desse prazo por mais dez anos é vital para que projetos agrícolas da maior importância tenham retorno.

Mesmo faltando ainda cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo constitu-



Mauro considera prorrogação vital para que projetos agrícolas tenham retorno

cional, ele considera importante que o Legislativo aprove logo essa prorrogação.

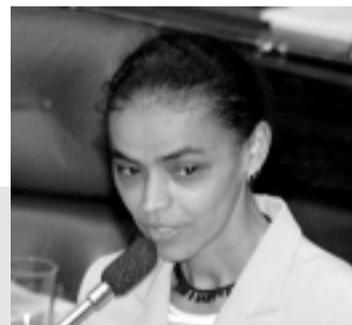
## CAS examinará compensação para programas ambientais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve se manifestar sobre o projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigam unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. A decisão foi tomada ontem pelo Plenário do Senado.

A medida resultou de pedido da própria senadora, após o projeto ser examinado pela Comissão de As-

suntos Econômicos, onde o relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), manifestou-se contra a iniciativa. O objetivo do projeto é dotar o poder público de recursos específicos para implementação de programas de proteção da natureza.

Na opinião de Marina Silva, essa compensação financeira representaria um reconhecimento de que, ao manter territórios especialmente protegidos, as unidades da Federação precisam fazer investimentos diferenciados, que garantam pro-



Marina quer assegurar recursos específicos para programas de proteção da natureza

cessos sustentáveis de desenvolvimento. O presidente do Senado anunciou que, depois de examinado pela Comissão de Assuntos Sociais, o projeto voltará à CAE.

## Renovadas concessões de três emissoras

O Plenário do Senado decidiu ontem renovar as concessões outorgadas à Rádio Alvorada de Cardoso (SP), à Rádio

Costa Azul FM, de Angra dos Reis (RJ), e à Fundação Cultural Rio-Grandense, de Caxias do Sul (RS). O PT se absteve de votar, à

exceção do senador Tião Viana (PT-AC).

As três decisões agora vão à promulgação.

## Senado manifesta pesar pela morte de desembargador

O Plenário aprovou ontem requerimento dos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) encaminhando ao Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso voto de pesar pela morte do desembargador Wandyr Clait Duarte.

Afirmado que o desembargador era uma das mais ilustres figuras do estado de Mato Grosso, o senador Carlos Bezerra relatou que ele foi seu companheiro de banco escolar e líder estudantil. Ultimamente, disse ele, o desembargador presidia o Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

“Levamos à família o nosso abra-

ço e nossa solidariedade nesse momento de dor e sofrimento”, disse ele. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, declarou que a Mesa do Senado também se associava a essa manifestação de solidariedade com o povo de Mato Grosso.

Na mesma sessão, o Plenário aprovou requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) solicitando que o tempo destinado à Hora do Expediente do dia 12 de setembro seja dedicado a celebrar o centenário de nascimento do ex-senador José Ermírio de Moraes, que transcorreu em janeiro passado.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2000

**1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro e último dia de discussão e votação, em segundo turno.

**2**

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 1999. Renova a concessão da Rádio Alvorada OM de Cardoso (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

**3**

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Costa Azul FM de Angra dos Reis (RJ).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

**4**

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 1999. Renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Rio-Grandense para explorar rádio FM em Caxias do Sul (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

**5**

Requerimento nº 259, de 2000. Senadora Marina Silva. Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2000-Complementar, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 53/2000-Complementar, vai ao exame da CAS e posteriormente à CAE.

# Empréstimo de US\$ 505 milhões para a Previdência Social vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou a operação, também deu o aval para o financiamento da compra de oito helicópteros Cougar, orçada em US\$ 97 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem duas mensagens do Poder Executivo relativas a operações de crédito externo, que seguem agora para apreciação do Plenário. Além de acatar a contratação de empréstimo de US\$ 505 milhões entre a União e o Banco Mundial, destinado à segunda fase da reforma da Previdência Social, a comissão deu aval para o financiamento da importação de oito helicópteros Cougar e do custeio de serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A., orçados em US\$ 97 milhões, crédito a ser viabilizado pelo Banque Nationale de Paris (BNP).

O empréstimo de US\$ 505 milhões, relativo ao programa de apoio financeiro externo ao Bra-



Ramez Tebet deu parecer favorável ao empréstimo para a Previdência

sil, será utilizado para o pagamento da dívida externa e a manutenção do nível das reservas internacionais. O parecer do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), foi favorável à operação. Votaram contra, no âmbito da CAE, os senadores petistas José Eduardo Dutra (SE) e Eduardo Suplicy (SP).

A operação de financiamento

para compra dos helicópteros aprovada pela comissão teve o voto contrário do senador Lauro Campos (PT-DF). Ele é contra qualquer tipo de empréstimo externo, além de ter criticado a não realização de concorrência pública para a aquisição dos equipamentos. A ausência de licitação no processo levou o senador Eduar-

do Suplicy a se abster da votação, a exemplo de José Eduardo Dutra, embora este reconhecesse a necessidade dos equipamentos para apoio logístico ao Exército em casos de calamidade pública na região amazônica.

O parecer favorável ao empréstimo para aquisição dos helicópteros, relatado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), teve o apoio expresso do presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), e dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Romero Jucá (PSDB-RR) e José Fogaça (PMDB-RS). De acordo com esses parlamentares, o negócio dispensou licitação porque as aeronaves não têm similar no mercado internacional e obedecem à padronização exigida pelo Comando do Exército.

## União deverá suspender antecipação de royalties

Enquanto o Senado não se pronunciar sobre a antecipação de créditos relativos a royalties da exploração de recursos hídricos e minerais, a União deverá suspender a negociação desses contratos com estados, municípios e Distrito Federal. O compromisso foi firmado ontem pelo líder do governo na Casa, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), durante discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de resolução do Senado que impõe limites ao uso do mecanismo pelos gestores públicos.

Apesar de ter sido retirado de pauta, após pedido de vista de Arruda, é consenso na CAE que o Senado deve firmar posição sobre a matéria. Pronunciaram-se nesse sentido os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Eduardo Dutra e o relator do projeto, senador Osmar Dias (PSDB-PR), que vê o recebimento antecipado de royalties como uma operação de crédito normal, devendo ser submetida ao Senado sob pena de se contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante das dúvidas em torno do tema, o presidente da CAE,



José Roberto Arruda assumiu o compromisso de suspensão em nome do governo federal

senador Ney Suassuna, anunciou a formação de um grupo de trabalho para definir critérios para a antecipação de royalties. Procedimento idêntico será adotado na avaliação do artigo 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, questionado em sua legitimidade. O grupo de trabalho já formalizado pela comissão é o mesmo que irá analisar os efeitos da dolarização nos países onde esta medida foi adotada. Compõem o grupo de trabalho os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), José Fogaça (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM), Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Eduardo Suplicy, autor da proposta.

## Comissão é favorável a acesso público ao Siafi

O projeto de lei do senador José Eduardo Dutra que regulamenta o acesso de instituições públicas e entidades civis ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e a outros sistemas de informação de órgãos oficiais foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria deve seguir agora para votação em Plenário.

A CAE acatou, na íntegra, o parecer do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que adotou o substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acrescido de seis subemendas. Para Saturnino, a normatização do acesso às informações do Siafi e de outros bancos de dados do governo irá garantir maior controle social sobre os dados armazenados e, assim, uma melhoria no gerenciamento dos recursos públicos.

Conforme o substitutivo aprovado, fica assegurado a todo cidadão o acesso a dados que lhe permitam analisar a natureza, o procedimento administrativo e os fins dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, estados, municípios e Distrito Federal. Caberá às unidades de controle interno dos



Dutra, autor do projeto, quer garantir que todo cidadão possa acessar dados oficiais

poderes Executivo, Legislativo e Judiciário instalarem, no prazo de até 180 dias após a vigência da lei, terminais informatizados para acesso público.

Ficou vedada, nos termos do projeto original, a cobrança de taxas ou emolumentos pela consulta. Convicto de que a implementação do Siafi, em 1987, significou "uma contribuição fundamental para a modernização e transparência da máquina administrativa", o senador José Eduardo Dutra acredita que a incorporação de novos usuários ao sistema terá o mérito de ampliar os mecanismos de controle social e democratizar o acesso a dados governamentais.

## CAS discute projeto que institui piso salarial regional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, a partir das 9h, para apreciar projeto que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem piso salarial para empregados que ainda não tenham esse benefício definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. O piso salarial, de acordo com o projeto, poderá ser estendido inclusive aos empregados domésticos.

Atualmente, a instituição de pisos salariais é matéria de competência legislativa da União. Caso o projeto, de iniciativa do Poder Executivo, venha a ser aprovado no Congresso Nacional, tal competência será delegada às unidades da Federação. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO).



Moreira Mendes, relator, é favorável à proposta

O Executivo esclarece que a instituição de piso salarial pelos estados não interfere na competência da União de estabelecer o salário mínimo nacional unificado, mas apenas delega poderes para que cada estado e o Distrito Federal possam fixar pisos salariais diferenciados, superiores ao valor do mínimo nacional.

— O projeto, ao acabar com o engessamento a partir de um salário único, terá importante papel no processo de distribuição de renda — prevê o senador Moreira Mendes, para quem a iniciativa busca a criação de instrumentos legais que permitam a construção de uma sociedade mais justa.

Na mesma reunião, a CAS realiza audiência pública com técnicos do governo e representantes de entidades ligadas a trabalhadores. A intenção é colher subsídios para apreciação do projeto que pretende manter o ônus, pelo empregado, de provar que não existe vínculo empregatício, principalmente no caso dos tomadores de serviços das cooperativas.

A audiência foi requerida pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), e contará, entre outros, com representantes do Ministério do Trabalho e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

# CAE aprova Código de Defesa do Contribuinte

Projeto de Bornhausen – que recebeu parecer favorável de Lobão – acaba com a possibilidade de interdição de estabelecimentos comerciais para cobrança de tributos e de alteração das leis sobre o assunto mediante medida provisória

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, com abstenção dos parlamentares do Bloco Oposição, parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui mecanismos resguardando os contribuintes em sua relação com o fisco. A matéria, que ficou conhecida como Código de Defesa do Contribuinte, segue agora para apreciação em Plenário, quando será aberto prazo para apresentação de emendas.

– Este projeto vem ao encontro da necessidade de resgatar os direitos do contribuinte brasileiro, vítima contumaz de abusos por parte das fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais – afirmou Lobão em seu parecer.

A iniciativa de Bornhausen contém dispositivos que impedem ações coercitivas na cobrança extrajudicial de tributos. O projeto acaba com a possibilidade de interdição de estabelecimentos comerciais e com a exigência de de-

pósitos para a apresentação de recursos administrativos. Além disso, o código determina que os impostos e contribuições devem obedecer ao princípio da anualidade e impede o uso de medidas provisórias para implementar alterações na legislação tributária.

Lobão emendou a proposta original por sugestão da secretária de Fazenda do município do Rio de Janeiro, Sol Garson, ampliando de 30 para 45 dias o prazo dado aos órgãos responsáveis pela arrecadação para resposta a consultas formuladas por contribuintes. Segundo o projeto, o fisco não poderá autuar contribuintes enquanto não houver resposta formal e fundamentada a essas consultas.

– A cidadania tem que avançar; não pode haver a continuidade da coação ao contribuinte. Essa lei não é para o grande contribuinte, que tem condições de contratar os melhores advogados, mas para o pequeno – afirmou Bornhausen.

## Proposta de Bornhausen gerou debate entre os senadores

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que se absteve na votação do Código de Defesa do Contribuinte, pediu que o projeto não fosse apreciado na reunião de ontem. Para ele, deveria ser dado maior prazo para exame detalhado pelos senadores da comissão, pois se trata de proposta complexa, de decisão “naturalmente lenta”. Ele criticou a posição expressa pelo vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), de recomendar a aprovação da matéria na CAE para realização de maiores debates em Plenário.

– A CAE é o fórum correto para a discussão do mérito da matéria. Tenho aqui manifestação dos funcionários da Receita que têm posição contrária à do projeto, que chamam de código de defesa do sonegador – afirmou Saturnino.

Jucá observou que há opiniões divergentes dentro do governo sobre o assunto e que a nota técnica encaminhada pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, não representa decisão do governo. Diante dos argumen-

tos de Jucá, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) decidiram retirar as nove emendas que formularam a partir das observações de Maciel, para reapresentá-las em Plenário.

Para Suplicy, a determinação do projeto de acabar com a proibição às empresas inadimplentes com o fisco de firmarem contrato com o poder público ou de receberem incentivos fiscais e creditícios “não parece ser de bom senso”. Ele citou declarações do atual e também do ex-secretário da Receita Federal, Osires Lopes Filho, de que o Brasil é campeão da evasão e que, para reverter essa situação, não se pode limitar tanto a atuação do fisco.

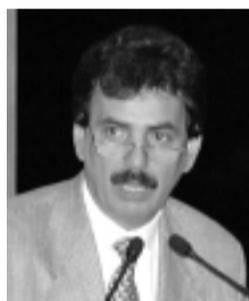
– Na CPI dos Bancos, Maciel revelou que R\$ 825 bilhões estão fora do alcance de qualquer tributação e que metade das 530 maiores empresas e dos 66 bancos não recolhem Imposto de Renda. Essa informação foi reputada como escandalosa pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento que deu origem à CPI – observou Suplicy.



Novas regras para as relações dos contribuintes com o fisco e para pagamento de desapropriações foram temas da CAE

## Projeto acaba com juro sobre terras desapropriadas

Por unanimidade, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram parecer do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) favorável ao projeto de lei complementar do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que impede o pagamento de juros com-



Ademir quer impedir também indenização pela cobertura vegetal

pensatórios, de 12% ao ano, que incidam sobre a indenização por desapropriação de terras para fins de reforma agrária. A proposta, que também proíbe o pagamento de indenização pela cobertura florística, ou seja, a vegetação que ocupa o imóvel rural desapropriado, segue agora para apreciação em Plenário.

– A proposta objetiva que as desapropriações por interesse social não alcancem valores absurdos, que estão longe dos princípios que

informam o justo preço. O pagamento de juros somente se justifica diante da impossibilidade de o proprietário continuar produzindo. No entanto, o imóvel objeto de desapropriação para fins de reforma agrária não está sendo utilizado ou está sendo mal utilizado. Assim, não tem cabimento admitir-se a aplicação de mecanismos que visam ressarcir o proprietário pela perda antecipada de seu bem, privando-o de lucros cessantes auferidos pela utilização – argumenta Antero em seu parecer, lido na CAE pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Já a cobertura florística, na opinião do relator, não é benfeitoria, existindo sem qualquer investimento. Segundo o senador, em certos casos foi paga indenização por cobertura onde a exploração

econômica da terra é inviável.

– O projeto corrige essa distorção, pois a avaliação da terra já compreende a floresta. A avaliação em separado acarreta a sobrevalorização da terra – afirmou o senador Osmar Dias (PSDB-PR). O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria na CCJ, também elogiou a iniciativa de Ademir Andrade.

VISTA

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu vista do projeto de lei complementar da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que determina o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) pelo município onde são executados serviços de exploração de petróleo e gás natural e não pelo município onde se encontra a sede da empresa que presta o serviço. O relator da proposta, senador José Fogaça, apresentou parecer favorável à medida. A matéria volta à pauta da CAE na reunião da próxima semana.

## CRE acata a indicação de dois novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou pareceres favoráveis à indicação de Francisco Thompson Flores Netto para embaixador do Brasil no Uruguai e de Joaquim Augusto Whitaker Salles para ocupar a embaixada em Uganda cumulativamente com a do Quênia. As indicações ainda serão examinadas pelo Plenário.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidando o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para que esclareça a posição do Brasil em relação às eleições no Peru e na Venezuela, além de problemas em outros países da América Latina, como Equador, Argentina e Bolívia. A comissão concedeu vista coletiva do projeto de lei da Câmara que regulamenta o artigo da Constituição que trata das terras devolutas da União, indispensáveis à defesa das fronteiras, fortificações e construções militares, vias federais de comunicação e preservação ambiental.

## Anatel e empresas vão discutir telefonia fixa

A CAE aprovou também requerimento do seu presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), convidando os presidentes de todas as empresas concessionárias de telefonia fixa, além do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, para uma avaliação do setor, em data a ser marcada. Outro requerimento aprovado ontem, do senador Edison Lobão (PFL-MA), solicita que o presidente da Federação Nacional de Seguros Privados e Capitalização, João Elísio Ferraz de Campos, e o auditor do Ministério da Fazenda, Paulo Rodolfo Guimarães Gil, venham à comissão para falar sobre arrecadação e pagamento de benefícios decorrentes do seguro obrigatório dos veículos automotores.



Suassuna quer uma discussão sobre a telefonia

# CCJ ouve governadores sobre recursos para a saúde

César Borges, da Bahia, e José Maranhão, da Paraíba, já confirmaram presença. Relator quer votação em Plenário o mais breve possível

O prefeito de Campo Grande (MS), André Puccinelli, e o secretário de Saúde de Goiás e representante do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Passos Barros, defenderam ontem, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda constitucional que vincula os recursos orçamentários da saúde nos três níveis de administração pública. Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Saúde, José Serra, convidados, não compareceram nem enviaram representantes.

A proposta de emenda constitucional já foi aprovada pela Câmara e pela própria CCJ, e deverá ainda ser votada pelo Plenário. O presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), informou que a comissão irá realizar nova reunião hoje, após a Ordem do Dia, para conhecer a posição de outros estados e municípios. Já estão confirmadas as presenças dos governadores da Bahia, César Borges, e da Paraíba, José Maranhão. Os governadores do Ceará, Tasso Jereissati, de Minas Gerais, Itamar Franco, e do Piauí, Francisco Moraes de Souza, informaram à comissão o interesse em participar do debate.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), fez questão de esclarecer que o governo federal é

favorável e tem interesse na aprovação da proposta, mas informou que o aumento dos recursos para o setor de saúde não será compensado de nenhuma forma. Arruda argumentou ainda que o aumento de investimentos do governo federal está sendo anulado pela redução dos gastos no setor por estados e municípios.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da PEC no Senado, disse que confia em que a presidência da Casa coloque a proposta em votação no Plenário o mais breve possível. "Estamos em um momento propício para que a matéria receba a aprovação dos senadores, pois a medida interessa a vários estados e municípios que percebem a importância de definição de recursos para as áreas sociais", observou.

O prefeito de Campo Grande, André Puccinelli, informou aos senadores que seu município já apli-

ca, atualmente, mais de 19% de suas receitas líquidas na área de Saúde, e pretende chegar a 23% nos próximos anos. Acrescentou que houve aumento dos recursos totais que a União destinou ao estado nos últimos quatro anos, mas criticou o fato de o governo de seu estado, administrado pelo PT, estar aplicando, segundo ele, menos de 1% no setor.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou a sensibilidade do prefeito de Campo Grande e confirmou as dificuldades que o estado enfrenta na área de saúde por não haver contrapartida do governo estadual. "Não sou favorável ao engessamento dos orçamentos, mas para a saúde e a educação têm que existir percentuais definidos", defendeu o senador.

Puccinelli e o secretário de Saúde de Goiás, Fernando Passos Barros, pediram urgência na aprovação da PEC.



O prefeito de Campo Grande e o secretário de Saúde de Goiás defenderam, diante dos senadores Ramez Tebet e José Agripino (C), a aprovação da PEC



Comissão pode deixar para avaliar proibição de armas depois do anúncio pelo governo federal das medidas contra a violência

## Proposta sobre restrição ao uso de armas tem pedido de vista coletivo

O substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos de lei que tratam de restrições ao uso de armas de fogo estará até a próxima quarta-feira sob vista coletiva dos membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposição do relator estava sendo discutida ontem em reunião extraordinária da comissão quando um pedido de vista foi apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Logo em seguida, o autor de um dos projetos e líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), decidiu acompanhar Requião, o que tornou a vista coletiva.

Calheiros anunciou que havia chegado a um acordo com o relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Pedro Piva. Para facilitar a aprovação da proposta, o senador por Alagoas decidiu excluir do substitutivo a realização de um referendo destinado a ouvir a população sobre a nova lei. Piva, entretanto, reservou-se o direito de decidir, na CRE, sobre a proibição da posse de armas de fogo, prevista na proposta de Calheiros. Os dois concordam em torno de restrições ao porte, já que alguns grupos de pessoas e instituições poderão continuar portando armamentos:

policiais e moradores de áreas rurais, por exemplo.

O presidente da CCJ, José Agripino (PFL-RN), manifestou-se favorável à votação do substitutivo somente depois de o governo divulgar os detalhes do pacote anti-violência que está preparando:

— Esta é uma matéria que se impõe, mas os cidadãos devem estar se perguntando se o Estado, que não lhes garante segurança, pode impedi-los de buscar, eles mesmos, formas de se proteger — disse Agripino.

Artur da Távola (PSDB-RJ) criticou o acordo e disse ser a favor da proibição, sem exceções, do uso de armas de fogo pela população. Requião antecipou que é contra a proibição da posse de armamentos por entender que seria uma espécie de "lei seca", levando ao aumento do comércio ilegal. Para Arruda, o substitutivo representa o avanço possível agora na luta contra a violência.

Amir Lando (PMDB-RO) não vê a proposta de Calheiros como capaz de, sozinha, eliminar o problema da violência. Na opinião de José Eduardo Dutra (PT-SE), a nova lei limitaria a liberdade de uma minoria, já que a maioria dos brasileiros não possui armas de fogo.

## Brindeiro diz o que está sendo feito com as conclusões da CPI dos Precatórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, a partir das 9h30, audiência pública na qual ouvirá o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, acerca das providências que a Procuradoria tem adotado para as conclusões da CPI que apurou irregularidades na emissão de títulos para pagamento de precatórios, cujos trabalhos se encerraram em 1997.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento que resultou na audiência pública, disse que matérias publicadas em março pelo jornal *Folha de S. Paulo* dão conta de que o procurador vem retardando o andamento das denúncias da CPI. Como considera grave a acusação, Simon disse que julga necessária a presença de Brindeiro para esclarecer a questão.

Na mesma reunião, a CCJ reúne

12 especialistas para discutir projetos que instituem proibições para a divulgação de informações relacionados com a Justiça, a chamada Lei da Mordada. Entre os convidados, estão Manoel Jorge Neto, da Confederação Nacional do Ministério Público (Conamp) e o jornalista Paulo Cabral, diretor-presidente do jornal *Correio Braziliense* e presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

## TSE dá informações sobre uso da urna eletrônica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe amanhã, a partir das 9h30, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Néri da Silveira, que vai falar sobre a importância das eleições na consolidação da democracia. Na mesma reunião, o secretário de infor-

mática do TSE, Paulo César Bhering, abordará a utilização da urna eletrônica no processo eleitoral brasileiro. A presença dele na CCJ tem por finalidade instruir projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que amplia a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.



Em reunião presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (C), os parlamentares discutiram a forma de incluir emendas no texto do PPA

## Comissão de Orçamento vota hoje Plano Plurianual

A Comissão Mista de Orçamento deve votar hoje, a partir das 10h, o relatório final do Plano Plurianual (PPA) 2000/2003, apresentado pelo relator-geral, deputado Renato Vianna (PMDB-SC). Na noite de ontem, foram encerrados a discussão e o prazo para apresentação de pedidos de votação em destaque de partes do parecer.

Antes da votação do relatório final, a comissão decidirá sobre requerimento apresentado pelo deputado Pedro Novaes (PMDB-MA) para que seja definido se as emendas dos parlamentares detalhando as obras para aplicação dos recursos do PPA deverão ser incluídas no corpo do próprio plano.

Durante a discussão do relatório de Renato Vianna, esse foi o tema mais debatido. O assunto foi levantado pelo deputado Iberê Ferreira (PPB-RN). Para ele, incluir as propostas dos parlamentares no corpo do PPA significaria infringir a determinação, da própria comissão, de que apenas emendas globais po-

deriam figurar no corpo do plano.

O deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE) também considerou um erro “engessar” o PPA. “Além do mais, não é democrático, pois muitos deputados e senadores não foram informados que poderiam emendar o PPA desta forma”, completou.

Renato Vianna revelou que o seu critério inicial foi o de que o PPA não deveria detalhar os programas nem discriminar os investimentos, como propõem as emendas dos parlamentares, e sim fixar diretrizes e metas, mas mudou de posição para acatar o que foi acertado entre os líderes dos partidos que integram a Comissão de Orçamento.

Para o deputado José Lourenço (PFL-BA), o relatório deve ser detalhado para atender a interesses políticos, regionais e até nacionais. Já o deputado João Fassarella (PT-MG) disse que não faz sentido privar os parlamentares de detalhar a aplicação dos recursos através de emendas se o próprio governo fez a mesma coisa ao elaborar o texto.

## Substitutivo amplia investimentos

As áreas de infra-estrutura, irrigação, meio ambiente, esportes e turismo são as mais beneficiadas pelo substitutivo elaborado pelo deputado Renato Vianna ao projeto do Plano Plurianual (PPA) para o período 2000/2003. Tais setores receberão boa parte dos R\$ 21,78 bilhões que o relator acrescentou ao valor inicialmente sugerido pelo governo para os próximos três anos e meio.

O texto original previa gastos de R\$ 1,113 trilhão. O substitutivo propõe a quantia de R\$ 1.135,10 bilhões. Com a reavaliação da receita disponível, o relator acatou sugestões de ampliação de investimentos públicos. “O instrumento que usamos para identificar as prioridades nacionais, em relação a investimentos, foram as emendas apresentadas pelos parlamentares, identificando as carências por ação governamental e corrigindo, em parte, os desequilíbrios regionais”, afirma Vianna em seu parecer.

O relator propôs o aumento de

dotação para obras de infra-estrutura que compõem os principais eixos de desenvolvimento definidos pelo Plano Plurianual. A dotação para o Rodoanel de São Paulo, por exemplo, salta de R\$ 430 milhões para R\$ 668,1 milhões. As obras no Corredor Nordeste, que receberiam R\$ 599,7 milhões, deverão ter R\$ 873,7 milhões. No Corredor Mercosul, a dotação para obras rodoviárias salta de R\$ 178,7 milhões para R\$ 430,8 milhões.

Os programas de irrigação e drenagem deverão contar, de acordo com o substitutivo, com R\$ 3,8 bilhões, superiores em R\$ 733 milhões à dotação inicial. O estímulo ao turismo no Nordeste teve os recursos ampliados de R\$ 131,5 milhões para R\$ 182 milhões.

Na área de educação, o programa mais beneficiado pelas alterações do relator foi o de participação federal em programas municipais de garantia de renda mínima: a dotação subiu de R\$ 800 milhões para R\$ 1,68 bilhão até 2003.

# Plácido de Castro pode ser declarado herói nacional

Comissão de Educação do Senado aprova proposta de inscrição do nome do libertador do Acre no *Livro dos Heróis da Pátria*

O nome de José Plácido de Castro será inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. É o que estabelece projeto do senador Tião Viana (PT-AC) aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação. Se não houver recurso para sua apreciação em Plenário, a matéria segue para a Câmara.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN), que apresentou relatório com voto favorável à matéria, destacou que a iniciativa se integra às homenagens que estão sendo prestadas ao libertador do Acre, em comemoração ao centenário da revolução acreana.

O objetivo do projeto de Tião Viana é reconhecer os serviços prestados por Plácido de Castro em favor da preservação das fronteiras do Acre.

Na justificativa da proposição, Tião Viana ressalta a luta do homenageado em favor da manutenção das fronteiras nacionais no Acre. Ele lembra que Plácido de Castro liderou a organização de forças especiais em defesa da fronteira acreana, no início do século, por não se conformar com a ascendência política da Bolívia



### HERÓI DA FRONTEIRA

O gaúcho Plácido de Castro (1873-1908) liderou a organização de forças especiais em defesa da fronteira acreana, no início do século, por não se conformar com a ascendência política da Bolívia sobre o Acre e ao perceber a intenção de usurpação sugerida pela movimentação internacional em relação ao látex.

sobre o Acre e ao perceber a intenção de usurpação, sugerida pela movimentação internacional em relação ao látex.

Agnelo Alves, ao defender a inclusão de Plácido de Castro no *Livro dos Heróis da Pátria*, afirmou que “sua biografia justifica a homenagem”.



Tião Viana foi quem propôs o reconhecimento a Plácido de Castro

Ele lembrou que já constam do memorial os nomes de Tiradentes, dom Pedro I, Zumbi dos Palmares e Deodoro da Fonseca.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) lembrou a origem gaúcha de José Plácido de Castro, que é considerado “o último bandeirante”.

### CURSOS NOTURNOS

A Comissão de Educação acolheu voto contrário do relator, senador José Jorge (PFL-PE), a projeto que reserva 30% de vagas

das universidades para o período noturno. A proposta – também terminativa – recebeu voto em separado, por meio de substitutivo, da senadora Emilia Fernandes, favorável à aprovação.

O senador José Jorge entendeu que a proposta, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), contraria a Constituição federal, assim como o substitutivo da senadora. Ambas as propostas desconsideram a autonomia universitária, ao pretenderem interferir no funcionamento das instituições de ensino superior, segundo o relator.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considerou que tanto os argumentos de José Jorge, “contrários ao projeto por razões técnicas”, quanto os de Emilia Fernandes, que “o defende por razões políticas, são defensáveis”. No entanto, no caso específico, “as razões técnicas se sobrepõem às políticas”, disse Fogaça.

## CE acolhe 11 projetos de outorga e renovação de concessões de rádio

A Comissão de Educação (CE) também aprovou 11 projetos de decreto legislativo outorgando e renovando permissões ou concessões e concedendo autorização para a exploração de serviços de radiodifusão sonora em diversos estados.

Quatro projetos outorgam permissão à Fundação Missionária de Radiodifusão Educativa, de Santo Ângelo (RS); à Agreste Comunicações, de Nova Cruz (RN); à Chapadão Radiodifusão, de São Roque (MG), e à Rádio FM da Ilha, de Barra dos Coqueiros (SE).

Um dos projetos outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, em Itajaí (SC), e outro autoriza o governo do Acre, por in-

termédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansur, a prestar serviços de radiodifusão sonora no município de Feijó.

Outros três projetos renovam a concessão das rádios Serra da Boa Esperança, de Boa Esperança (MG); Difusora de Mirassol, de Mirassol (SP); e Rádio Difusora Paraisense, de São Sebastião do Paraíso (MG). Dois projetos renovam a permissão das rádios FM Capital dos Minérios, de Itapeva (SP) e Difusora de Amparo, de Amparo (SP). As matérias seguem agora para exame do Plenário.

O senador Tião Viana (AC) esclareceu que havia recebido autorização do seu partido para relatar

favoravelmente o projeto de decreto legislativo que autoriza o governo do seu estado a executar serviço de radiodifusão sonora em OM no município de Feijó.

Viana fez o esclarecimento porque o PT sempre recomenda aos seus parlamentares que se abstenham durante as votações sobre concessões e permissões de serviços de radiodifusão. O partido defende a instalação do Conselho Nacional de Comunicação para tornar mais democrática a apreciação dessas matérias.

Segundo o senador, a exceção em relação à cidade de Feijó se justifica devido às dificuldades de acesso àquele município.

# ACM sugere debate amplo de ação contra violência

Preocupado com o fato de os cidadãos não estarem exercendo seu direito de ir e vir por causa da insegurança, senador propõe que presidente da República convoque o Congresso para discutir o assunto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a utilização das Forças Armadas na repressão à criminalidade e ao tráfico de drogas e para garantir a segurança interna do país. Ele sugeriu que o presidente da República convoque o Congresso Nacional para debater o assunto porque, em sua avaliação, há a “necessidade inadiável de o governo repensar” o papel dos militares. Para Antonio Carlos, os cidadãos não estão exercendo seu direito de ir e vir por causa da insegurança.

O senador afirmou que, se necessário, propostas de emendas constitucionais poderão ser apresentadas e votadas, durante essa convocação, alterando as funções das Forças Armadas de maneira “a dar maior segurança ao povo brasileiro”. Ele acrescentou que, como os parlamentares já se reuniram em outras ocasiões para alterar o texto constitucional, modificando a ordem econômica,

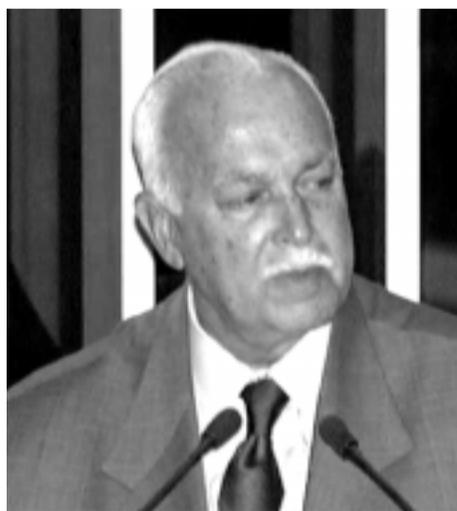
ou instituindo a reeleição para cargos do Executivo, “mudar o papel das Forças Armadas não será problema”.

– Inserir na Constituição uma nova destinação para as Forças Armadas é uma coisa da nossa inteligência, do governo, de quantos querem a paz neste país – argumentou.

## OFENSA

O senador disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso ofendeu as Forças Armadas quando afirmou, em entrevista concedida ao jornalista Márcio Moreira Alves, que “quem quer o Exército nas ruas é porque quer matar”. Antonio Carlos disse acreditar que Fernando Henrique não tenha se referido à sua pessoa. “Achei uma ofensa às Forças Armadas, até porque não é hábito do Brasil, nem dos brasileiros, essa violência de estar nas ruas para matar”, acrescentou.

– Nós todos temos de nos unir. Quero que o governo tome meu



Para Antonio Carlos, não é mais possível manter 300 mil homens apenas sendo adestrados para situações de guerra

discurso como uma colaboração, nada tenho de pessoal contra o presidente Fernando Henrique. Mas tenho uma representação popular, na Bahia, que me dá o direito, como todos os senhores, de defender os cidadãos que estão indefesos por falta de um policiamento decente do governo, sobretudo nas cidades do Rio e de São Paulo – afirmou.

Segundo Antonio Carlos, no momento em que o governo federal trabalha para enxugar a máquina administrativa, promovendo cortes em gastos considerados indispensáveis, não mais é possível manter 300 mil homens – o efetivo atual das Forças Armadas – apenas sendo “adestrados” para atuar em situações de guerra, que estão longe das pers-

pectivas do Brasil, “sem dar a retribuição de serviço efetivo”. Para o parlamentar, as infantarias do Exército, da Aeronáutica e os fuzileiros navais poderiam ser usadas em ações coordenadas para proteger a cidadania e o patrimônio.

De acordo com Antonio Carlos, os governos estaduais não têm condição de promover, sozinhos, a segurança de suas populações. O senador disse que o descontrole da situação fica mais do que provado quando se verifica a facilidade com que um governador é agredido ou um ministro recebe um ovo. “Está demonstrado que a situação foi para outro âmbito”, afirmou.

– Vamos colocar os preconceitos, o partidarismo, as ideologias, as nossas diferenças pessoais de lado e discutir o assunto com coragem, com profundidade e dedicação. É o que o povo brasileiro espera de nós, congressistas – salientou.

## Saída está em salários melhores e mais solidariedade, diz Lauro

Ao discordar da proposta do senador Antonio Carlos Magalhães de empregar as Forças Armadas no combate à criminalidade, o senador Lauro Campos (PT-DF), citando o ex-presidente Getúlio Vargas, sugeriu que, primeiro, fossem exper-



Lauro: DF não tinha crime quando todos trabalhavam

praticando uma “terapia ocupacional, a laborterapia”.

O parlamentar questionou como trabalhadores, sem emprego ou com salários aviltados, “podem ter um comportamento londrino”, mas parabenizou o presidente do Senado por

trazer uma sugestão que, um dia, poderá servir “não como remédio principal, mas como uma terapia secundária”.

## Camata: Forças Armadas devem controlar entrada de armamento

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), em aparte ao discurso de Antonio Carlos Magalhães, disse que as Forças Armadas devem cumprir, pelo menos, um dos papéis que lhes está reservado no texto constitucional, controlando a entrada de



Camata lamentou a falta de vigilância nas fronteiras

armamento pesado.

O parlamentar lembrou ainda que, embora o Congresso Nacional tenha aprovado emenda constitucional que permite abater, após o procedimento normal, aeronaves estrangeiras suspeitas em território nacional, “nenhuma delas foi derrubada desde aquele dia, mas o narcotráfico continua penetrando no país”.

## Simon lembra que oposição de militares à idéia é antiga

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), também em aparte ao discurso de Antonio Carlos, informou que, quando foi ministro da



Simon comentou posição de ex-ministros militares

Agricultura, por várias vezes defendeu a proposta de utilização das Forças Armadas no combate ao crime e obteve como resposta do então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, que os militares eram “absolutamente contrários a que isso seja feito”.

Segundo Simon, os ministros da área alegavam à época que a hierarquia desapareceria se os militares viessem a ficar espalhados por batalhões no meio do mato por longos períodos de tempo, longe do comando e da experiência do dia-a-dia e com a responsabilidade de combater o contrabando, o narcotráfico, o roubo ou a pirataria.

## Suplicy: trabalho e renda reduzem a criminalidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem ter a mesma convicção de Antonio Carlos Magalhães de que o melhor procedimento para melhorar a segurança nos grandes centros urbanos do país seria a utilização das Forças Armadas. Suplicy defendeu o direito inalienável ao trabalho e uma renda suficiente para a so-



Suplicy é a favor do serviço civil como alternativa ao militar

breviência de todos como forma de reduzir a criminalidade.

Eduardo Suplicy elogiou a iniciativa de Antonio Carlos de trazer o problema da violência para debate. O senador petista também se disse favorável à proposta

de colocar a prestação de serviços civis como alternativa ao serviço militar.

## Rocha recomenda comissão mista para examinar todas as propostas

Ao considerar positivo o debate gerado pelo discurso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ter apresentado há três semanas requerimento pedindo a criação de comissão mista do Congresso para estudar



Rocha lembrou que há várias propostas em tramitação

as causas estruturais da violência e sugerir soluções para o problema. Ele pediu que o senador Antonio Carlos Magalhães examine a proposta junto com as lideranças partidárias.

Sebastião Rocha lembrou que a comissão mista especial que debateu o problema da pobreza resultou de iniciativa semelhante. Ele acrescentou que há várias matérias com sugestões para o combate à violência com a tramitação paralisada no Congresso e que uma comissão mista poderia chamar para si a incumbência de examiná-las.

Leia mais sobre esse tema na página 9

## DEBATE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

## Francelino quer plano que garanta a democracia

Mais do que um Plano Nacional de Segurança Pública, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse esperar que os projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Ministério da Justiça sejam “um plano de defesa da democracia”. A expectativa, segundo disse, fundamenta-se na percepção



Francelino Pereira: a sociedade aguarda a solução

de que a sociedade brasileira, particularmente seu segmento mais pobre, aguarda soluções para o problema da violência.

Nesse sentido, o senador considerou acertada a decisão do ministro da Justiça, José Gregori, de receber representantes das favelas da Maré e da Mangueira, amanhã, dia 1º, para discutir as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

– É preciso que se busque a auto-estima de cada cidadão e que as leis não sejam elaboradas apenas nos gabinetes – defendeu.

Entre os instrumentos do Plano Nacional de Segurança Pública, o senador destacou a revisão dos códigos Penal e de Processo Penal, além das propostas de desarmamento da população, em exame no Senado.

A título de subsídio ao trabalho parlamentar, Francelino Pereira recomendou que os senadores procurem assistir ao documentário *Memórias de uma Guerra Particular*; de João Moreira Salles, para verificarem como as favelas cariocas têm leis próprias, à margem das leis do Estado de direito democrático.

## Geraldo Melo propõe novo conceito de defesa nacional

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), em aparte ao pronunciamento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), defendeu



Geraldo Melo: a prioridade deve ser a segurança interna

uma mudança no conceito de defesa nacional. Segundo ele, o modelo de segurança nacional moderno é aquele que se volta essencialmente para as questões internas que são capazes de desestruturar as nações e os Estados.

Geraldo Melo entende que o tema

de segurança nacional sempre foi colocado de forma que as Forças Armadas cuidem apenas da defesa do país contra um agressor externo, em detrimento da segurança interna, que constitui sempre um problema de polícia. “Esse, entretanto, é um conceito completamente anacrônico”, observou.

O senador explicou que a fragmentação dos Estados do Leste Europeu, os problemas na Colômbia e as grandes lutas no continente africano não têm nada a ver com agressões externas e são o grande testemunho de que a segurança nacional deixou de ser uma questão entre países e Estados. Daí a necessidade urgente de o Brasil fazer uma ampla discussão sobre o assunto.

## Documentário de Moreira Salles na TV Senado

O documentário *Memórias de uma Guerra Particular*, do cineasta João Moreira Salles, será exibido na próxima sexta-feira, dia 2, às 21h30, pela TV Senado. O filme retrata a guerra travada entre narcotraficantes e a polícia, além de mostrar como os habitantes dos morros do Rio de Janeiro são atingidos pelo conflito.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o documentário, em discurso feito em Plenário na última quinta-feira. Segundo ele, no

filme podem ser encontradas imagens da polícia e de traficantes de drogas comparáveis a cenas de filmes de ação, nas quais o ator utiliza armas de todos os tipos para enfrentar seus adversários.

– No caso do filme é a realidade. Um oficial comandante de um batalhão da Polícia Militar coloca inúmeras armas nos diversos bolsos e no colete e parte para uma operação, sem saber se conseguirá voltar para casa – destacou Suplicy.

# Heloísa contesta dados sobre gastos com pessoal

Ao defender reajuste de 63,68% para os servidores públicos, a senadora afirmou que “inverdades” são ditas sobre as despesas com funcionários

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) contestou ontem a nota divulgada dia 24 último pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sobre os motivos pelos quais não seria atendida a proposta de reajuste de 63,68% para o funcionalismo público. Ela afirmou que a prioridade do governo federal é o pagamento de juros, amortização e encargos da dívida pública interna e externa, em prol da qual estaria promovendo “inverdades, impropriedades e mentiras” sobre a verdadeira situação das despesas públicas com pessoal.

Os argumentos reunidos pela senadora constam de documento elaborado pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais. O comando da entidade solicitou audiência com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que ele interceda junto ao ministro e garanta encontro para discutir a pauta de reivindicações dos servidores públicos. Os trabalhado-

res querem aproveitar a presença hoje de Martus Tavares na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quando ele deverá explicar os cortes efetuados no Orçamento da União deste ano, conforme requereu o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Ao argumento de que a folha de pagamento do funcionalismo alcançou R\$ 53,6 bilhões, Heloísa Helena precisou que esse seria o valor bruto da folha acumulada dos últimos 12 meses. Além disso, enfatizou, sobre esse valor incidem a contribuição previdenciária de 11% dos servidores civis (4% dos militares) e Imposto de Renda de até 27,5%, de modo que o governo gastaria no máximo R\$ 36 bilhões anuais com servidores civis e militares, entre ativos, inativos



Heloísa Helena: governo gasta mais com juro da dívida pública

e pensionistas. Com encargos financeiros da União, que incluem juros e amortização da dívida pública, o governo pretende gastar R\$ 143,3 bilhões, “quase quatro vezes o total da folha líquida”.

Quanto à afirmação do governo de que o reajuste de 63,68% representaria despesa adicional de R\$ 34,1

bilhões, a senadora afirmou que esse valor só seria atingido se o reajuste fosse retroativo a 1º de janeiro, se não se descontasse a contribuição previdenciária e o Imposto de Renda, se fosse aplicado também aos servidores militares e se todas as vantagens pessoais e demais “penduricalhos salariais” fossem majorados na mesma proporção. Haveria, disse, “um gasto máximo adicional anual de R\$ 22,92 bilhões”.

## Álvaro defende urgência na apreciação da reforma política

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a urgência na votação da reforma política, em especial o exame do instituto da fidelidade partidária, do fim da reeleição nos três níveis da administração pública, do financiamento público exclusivo de campanhas políticas, da reformulação da imunidade partidária



Álvaro Dias: as mudanças são necessárias, inclusive a limitação da edição de MPs

e da limitação na edição de medidas provisórias. Esses dois últimos itens já foram aprovados no Senado e estão na Câmara dos Deputados.

Em apoio às suas teses, Álvaro citou o livro de Saíd Ferreira, ex-deputado federal e prefeito de Maringá (PR), intitulado *Brasil – 500 anos, um país em agonia*, em que ele advoga as mesmas idéias de reformulação política para o país. “Do alto de sua experiência, ele propõe como solução para o Brasil a aprovação dessas mudanças políticas, ao lado da descentralização administrativa e da reforma tributária”, afirmou.

Conforme informou Álvaro Dias, o Senado já aprovou alguns itens da reforma política, como a cláusula de barreira, a criação da federação de partidos políticos e a proibição de coligação em eleições proporcionais. Mas os projetos sobre fidelidade partidária e proibição da reeleição ainda estão sendo examinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Como relator da PEC sobre reeleição, Álvaro Dias afirmou ser favorável à sua total proibição para prefeitos, governadores e presidente da República. Ele entende que a experiência do Brasil com esse dispositivo foi frustrante. Acrescentou que muitos advertiram que a reeleição seria um desastre. “As eleições de 1998 comprovaram a tese. Talvez a melhor solução seja o fim da reeleição com mandatos de cinco anos para os executivos dos três níveis”, argumentou.

## Morte de jornalista cearense tem voto de pesar

O Senado aprovou ontem voto de pesar pela morte do jornalista Dorian Sampaio. A homenagem foi pedida pelos senadores Sérgio Machado



Lúcio Alcântara foi um dos autores da homenagem

(PSDB-CE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). No encaminhamento da votação, Alcântara afirmou estar extremamente entristecido pelo falecimento, inclusive por razões particulares, uma vez que o jornalista começou a vida política no gabinete do pai do senador.

Segundo Lúcio Alcântara, Dorian Sampaio, que era dentista por formação, foi vereador em Fortaleza (CE) e deputado estadual por duas vezes.

## CPI abre sigilo bancário, telefônico e fiscal de 26 pessoas e empresas

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas aprovou ontem a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 26 pessoas e empresas. A lista foi concebida a partir dos trabalhos das CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos, promovidas pela Câmara dos Deputados. Consta da lista o nome de Artur Eugênio Mathias, cuja prisão chegou a diminuir o número de assaltos a caminhões na cidade de Campinas (SP). Agora solto, ele volta a ser investigado, dessa vez pela CPI do Roubo de Cargas.

Em depoimentos sigilosos, empresários e representantes de transportadoras passaram aos parlamentares nomes de pessoas envolvidas com o roubo e o "desmanche" de caminhões. Além disso, de acordo com o relator da CPI, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), os depoentes apontaram também pessoas e empresas suspeitas, o que não poderia ser feito publicamente, pela ausência de provas.

Romeu Natal Panzan, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo (Setcesp); Artenir Werner, diretor superintendente da Transportadora Dalçoquio; Roberto Mira, diretor da coordenação nacional para o combate ao roubo de cargas; e o coronel Paulo Roberto de Souza, assessor de segurança da Setcesp, entregaram ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, uma lista de sugestões para ajudar no combate ao roubo de cargas.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lembrou a correlação existente entre o roubo de cargas e o contrabando de veículos para países como Paraguai e Bolívia. Ele questionou ainda sobre os solventes químicos que são constantemente roubados. Para Moreira Mendes, isto comprovaria a li-



gação das quadrilhas com a indústria do narcotráfico.

Durante a audiência pública, os depoentes relataram em detalhes a situação sofrida pelas empresas transportadoras, que destinam a gastos com segurança até 15% de seu faturamento. Eles explicaram que as quadrilhas, organizadas em "células", para evitar que os receptadores sejam identificados, agem impunemente.

Para Roberto Mira, "a CPI é a última esperança" dos empresários do setor, que desde o final dos anos 80 viram o número de roubos de cargas disparar e já não podem arcar com as exigências das companhias seguradoras. De acordo com os dados apresentados, apenas 50% das cargas são cobertas por seguros, e as projeções apontam para prejuízos da ordem de meio bilhão de reais até o final deste ano.

### SIGILO QUEBRADO

ALM Eventos Prod. Comércio Ltda.  
André Luis Laurindo  
Anselmo Lopes Miyabara  
Antonio Carlos Viotti  
Antonio Roberto Rodrigues  
Artur Eugênio Mathias  
Bacana Comércio Atacadista Ltda.  
Carlos Eduardo Waldir  
Distribuidora Campi Ltda.  
Dog Center Comércio Distribuição Ltda.  
Edson Pereira Coutinho  
Fabio Peixoto de Melo  
Geraldo da Silva Burdini Júnior  
Ioná Maria Andrade da Silva  
Jorge Meres Alves de Almeida  
Jotek Distribuidora de Cigarros Ltda.  
Marco Antônio Laurindo  
Marco Aurélio Sozza  
Marco Antonio Rodrigues  
Nocenter Comercial Atacadista Ltda.  
Noêmia de Souza Rodrigues  
Norte Transportes Rodoviários Ltda.  
Sérgio Luiz Checchia Masson  
Setes Comercial e Distribuidora Ltda.  
Transphoenis Transportes Ltda.  
William Walder Sozza

### PRÓXIMOS DEPOENTES

- Eduardo Ferreira Rebuszi  
Presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas do Rio de Janeiro
- Clovis Nogueira Bezerra  
Presidente do Sindicato de Empresas Transportadoras de Cargas do Ceará
- Osmar Ricardo Labes  
Presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Cargas de Blumenau
- Saulo Ivo Lamb  
Presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras Rodoviárias de Foz de Iguaçu

## Relator apresenta parecer sobre caso Luiz Estevão

O presidente do Conselho de Ética anunciou que senador acusado terá prazo para explicar documentos entregues pela Procuradoria

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, anunciou ontem a decisão de anexar ao processo de apuração das denúncias contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) os documentos entregues pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que mostram possíveis ligações entre o representante do Distrito Federal e a Incal, empresa responsável pela construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.

O Conselho de Ética deve examinar na reunião de hoje, marcada para as 9h, o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre as denúncias que fazem parte da representação movida pelos partidos de oposição pedindo a cassação de Luiz Estevão. A representação aponta quebra de decoro parlamentar, em razão dos depoimentos que Luiz Estevão prestou na CPI do Judiciário sobre as irregularidades observadas na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Tebet adiantou ainda que Luiz Estevão deverá ter um prazo de dez dias úteis para apresentar a sua defesa. A decisão de anexar os documentos, argumentou o presidente do conselho, é uma forma de garantir o direito de defesa ao senador acusado.

— Eu não podia engavetar os documentos. O procurador-geral os encaminhou e eu não tinha outra decisão a tomar que não fosse essa. A defesa é um direito fundamental, até porque ele não havia tido a oportunidade de comentar este assunto — esclareceu Tebet.

Jefferson Péres discordou da decisão de Tebet. Para ele, isso vai atrasar demasiadamente o andamento do processo. Apesar da decisão, Jefferson garantiu que fará a leitura de seu relatório na reunião de hoje. O relator não adiantou se o relatório será favorável à abertura de processo de cassação contra Luiz Estevão. Se isso ocorrer, a matéria deve ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Estevão diz que abriu mão do direito de compra da Incal no mesmo dia em que o obteve

### "Documento prova que nunca fui acionista ou dono da Incal"

O senador Luiz Estevão exibiu ontem em Plenário um documento do Grupo OK, datado de 21 de fevereiro de 1992, dirigido à Monteiro de Barros Investimentos S.A., em que formaliza sua renúncia ao direito de preferência na aquisições de ações na empresa Incal Incorporações. "O documento prova que não sou, nem nunca fui, dono, acionista ou sócio da Incal", afirmou.

Segundo Estevão, "não é fácil provar o que não se fez". Ele fez um histórico das acusações de que foi alvo durante um ano inteiro, completado no sábado passado, lembrando ter sido acusado de falsidade ideológica, sonegação fiscal e, finalmente, de ser proprietário da empresa Incal e, em consequência, responsável pelo desvio de recursos da construção da sede do TRT de São Paulo, apurado pela CPI do Judiciário.

Estevão afirmou ter procurado, em vão, em seus arquivos, por essa correspondência cancelando o contrato de compra de ações que sabia existir. "Agora descobri, entre os documentos que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, entregou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a prova cabal de que o contrato de compra de ações foi desfeito no mesmo dia em que foi celebrado, não tendo, portanto, gerado desdobramentos legais ou comerciais", afirmou o parlamentar.



Brindeiro deixou com ACM cópias da documentação que ligaria Luiz Estevão à Incal

### Geraldo Brindeiro entrega documentos a Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, cópias de documentos que, segundo o procurador, ligariam o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) à incorporadora Incal, responsável pela obra superfaturada do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Sem falar com a imprensa, que procurou acompanhá-lo durante todos os seus contatos na Casa, Brindeiro também se reuniu com os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Jefferson Péres (PDT-AM), respectivamente presidente do Conselho de Éti-

ca e Decoro Parlamentar do Senado e relator do processo que analisa um possível caso de quebra de decoro parlamentar por parte do senador Luiz Estevão.

Cópias da documentação apresentada ao presidente do Senado já foram entregues por Brindeiro a Tebet e Jefferson Péres. A sessão do Conselho de Ética, marcada para hoje, tem como agenda o exame do relatório de Jefferson Péres sobre o caso Luiz Estevão. A incorporação de novos documentos ao processo pode abrir novo prazo para vista e para manifestação do parlamentar acusado.

## Rocha pede ajuda federal para município inundado

Em discurso feito ontem no Plenário, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e à Defesa Civil que liberem para a cidade de Laranjal do Jari, no Amapá, 3,5 mil cestas básicas. O senador, que esteve na



Sebastião Rocha

cidade na semana passada, informou que a região está inundada há 60 dias. O rio Jari está dois metros acima de seu nível, acrescentou.

Sebastião Rocha registrou ainda a presença em Plenário do professor da Universidade Paris I -

Pantheon Sorbonne, Pierre Musso. O professor está em Brasília ministrando curso de doutorado em Ciência Política, do qual Sebastião Rocha é aluno, e visitou o Senado acompanhado da professora Núbia Vianna, da Universidade Latino Americana e do Caribe, coordenadora do curso.

Sebastião Rocha disse que está investindo no aprendizado da ciência política para aprimorar sua formação e melhor poder contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h - *Unip*: O Impacto do Câncer - 1ª parte  
6h30 - *Debate*: Senador José Fogaça e o cineasta Werner Schünemann falam sobre o cinema brasileiro  
7h30 - *Entrevista*: Senador Osmar Dias fala sobre a guerra fiscal  
8h - *Jornal do Senado*  
8h30 - *TV Escola* - Educação Ambiental: energia  
9h - Conselho de Ética (vivo)  
Logo após: Comissão de Assuntos Sociais  
14h30 - Sessão Plenária (vivo)  
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)  
21h - *Jornal do Senado*  
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)  
Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - *Agenda Senado*  
Em seguida - Música e informação  
9h - Reunião do Conselho de Ética  
Em seguida - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
14h30 - Sessão plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - *A Voz do Brasil*  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste  
Em seguida - Música e informação  
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Submissão ao FMI causa turbulência, diz Saturnino

Para senador, países latino-americanos que adotaram a "globalização sem defesas" estão soçobrando, e o Brasil também pode ser atingido

Os vários países latino-americanos que atravessam situação de turbulência adotaram a mesma política econômica "de globalização sem defesas" ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), disse ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Indefesos, acrescentou, todos estão soçobrando.



Roberto Saturnino apóia convocação do ministro das Relações Exteriores

O senador referiu-se ao caso do Peru, em que o presidente da República conquistou seu terceiro mandato em eleições consideradas ilegítimas por uma série de motivos. No caso desse país, concordou com a proposta de convocar o ministro

das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, para explicar a posição do Brasil em relação às eleições presidenciais, conforme requerimento anunciado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Saturnino sugeriu que o ministro aborde não apenas a situação do Peru, mas de outros países latino-americanos, no que recebeu a concordância de Suplicy.

Roberto Saturnino citou ainda os casos da Venezuela, que adiou as eleições convocadas para domingo passado; da Argentina, assolada por problemas políticos e econômicos;

do Equador, que dolarizou sua economia e também enfrenta turbulências; do Paraguai, que enfrentou outra tentativa de golpe de estado; e da Colômbia, que estaria, a seu ver, em estado de guerra interna.

Esse quadro dificilmente deixará de atingir o Brasil, na opinião do senador. A propósito, ele avaliou como "chocantes", pela submissão revelada, declarações do comandante da Aeronáutica, Carlos Batista, ao jornal *Valor*. Segundo o militar, 60% dos aviões e helicópteros daquela força estão parados por falta de peças de reposição. O presidente da República lhe teria pedido calma, dizendo que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, veria com o FMI se poderia liberar os recursos necessários.

## Emilia alerta para o momento delicado do país

Retornando ao Senado, depois de licenciar-se por um mês para submeter-se a uma cirurgia, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse ontem que o Brasil, assim como toda a América Latina, encontra-se em um dos momentos mais delicados de sua história, exigindo de todos uma profunda reflexão.

Em sua opinião, o neoliberalismo vendido nos últimos anos para o Brasil e outros países pobres já provou ser um engano. "O país acumula uma dívida externa recorde, que aprofunda brutalmente sua dependência do sistema financeiro internacional, sem falar na desnacionalização das estatais, das empresas brasileiras e dos recursos naturais."

Referindo-se à fixação do salá-

rio mínimo em R\$ 151, ela disse que nessa decisão "valeu a vontade do FMI e dos banqueiros que, ano após ano, ficam com a maior fatia do orçamento da União". Também observou que a economia nacional está mergulhando na recessão, no desemprego e num processo de concentração de renda

excludente e mesquinho, que leva os cidadãos à indignação.

Emilia Fernandes aconselhou o governo a "descer de sua arrogância" para atender as reivindicações do povo, alertando que, se assim não for feito, "antes dos servido-



Emilia: "Neoliberalismo empurrou países para a dependência externa"

res, será o presidente da República quem amargará não ter ouvido a sugestão de renunciar antes que o país chegasse onde chegou".

Informando ter participado no final de semana do Fórum de Mulheres do Mercosul, ela disse que, nesse encontro, ficou evidente a crise em que está mergulhado o continente sul-americano. Em sua opinião, em todos esses países, "a política neoliberal empurrou as economias para a absoluta dependência externa, e os seus povos para a miséria, o desemprego e o abandono".

## Suplicy quer ouvir Lampreia sobre eleições no Peru

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou inconformidade com as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre as eleições no Peru e pediu a convocação do chanceler Luiz Felipe Lampreia para esclarecer, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a posição do Brasil. Para Suplicy, o governo brasileiro adotou uma posição "no mí-



Eduardo Suplicy lamenta "posição dúbia" do governo brasileiro

nimo dúbia", ao afirmar estar solidário com as decisões da Junta Eleitoral Peruana.

Esse posicionamento deu margem, no entendimento do senador, à interpretação de que o Brasil estaria apoiando a vontade do presidente peruano Alberto Fujimori. "Diante da recente tentativa de golpe no Paraguai, o estado de guerra civil na Colômbia, os problemas eleitorais na Venezuela,

a ditadura no Suriname, temos um quadro preocupante na América Latina, especialmente em vista da insatisfação popular", alertou.

Conforme Suplicy, a convocação de Lampreia objetiva esclarecer esse posicionamento ambíguo. "Eu imaginava que o presidente Fernando Henrique poderia exercer um papel importante na construção da democracia latino-americana, sendo mais firme diante de tamanha falta de imparcialidade das autoridades eleitorais peruanas, que levou os observadores da OEA a deixarem o país antes do 2º turno", frisou.

# Osmar apóia mudança em contrato de *royalties*

Segundo o senador, a alteração impedirá a antecipação ao governo do Paraná, pela hidrelétrica de Itaipu, de valores referentes a 23 anos. O repasse resultaria, considerou, em prejuízo para a população paranaense



Marina Silva disse que o projeto já realizou 500 mil atendimentos em cinco anos de atividades

## Marina Silva aplaude programa do governo do Acre

Os resultados do Projeto Cidadão, implementado pelo governo do Acre por meio de várias secretarias em parceria com o Tribunal de Justiça do estado, foram aplaudidos pela senadora Marina Silva (PT-AC). Segundo disse, foram realizados quase 500 mil atendimentos, metade deles em Rio Branco e o restante no interior, em quase cinco anos de atividades.

Marina explicou que o projeto oferece gratuitamente à população registro de nascimento e casamento, reconhecimento de paternidade, carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, consulta jurídica, orientação previdenciária, saúde preventiva, consultas médicas e odontológicas e corte de cabelo, além de esporte, cultura e lazer, palestras sobre os mais variados temas, exposição de fotos e apresentação de vídeos educativos.

Para Marina, o aspecto mais importante do programa é o fato de os atendimentos serem realizados nas próprias comunidades, muitas delas isoladas, com acesso apenas por barco. “A última ação do projeto ocorreu em abril passado, na aldeia Nova Olinda, localizada a três dias e meio, por barco, do município de Feijó, no rio Envira. Foi a primeira vez na vida desses povos indígenas e seringueiros que um governo chegou até eles para oferecer assistência. Foram realizados cerca de 13 mil atendimentos, dos quais quase três mil vacinas”, relatou.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) agradeceu a intervenção do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, junto ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que resultou na mudança dos termos do contrato de antecipação do pagamento de *royalties* pela hidrelétrica de Itaipu ao governo do Paraná. “Eu protestava contra uma antecipação de *royalties* de 23 anos com permissão para que o atual governador Jaime Lerner pudesse gastar o montante de imediato, como quisesse, o que resultaria em grande prejuízo para os paranaenses”, explicou.

Segundo Osmar Dias, o ministro teve a “humildade de reconhecer os erros do contrato”, e propôs uma solução criativa, estabelecendo fluxos de liberação dos recursos em intervalos fechados de tempo. Ele garantiu que cada



Osmar Dias: o novo contrato foi negociado com o ministro Pedro Malan, da Fazenda

governador do Paraná receberá apenas, mês a mês, as parcelas relativas ao seu tempo de mandato. Além disso, relatou o senador, o dinheiro será liberado em certificados financeiros do Tesouro, inegociáveis, e emitidos em nome da Parana Previdência, com a fina-

lidade exclusiva de capitalizar o fundo previdenciário do estado. O senador reconheceu que o contrato de cessão de *royalties*, com as cláusulas propostas por Malan, não é lesivo aos interesses do povo paranaense.

– O governador Jaime Lerner não poderá sacar 23 anos de receitas da energia de Itaipu para torrar com propaganda eleitoral na mídia, porque estará obrigado a aplicar esses recursos no fundo da previdência do estado. Tampouco os próximos governadores poderão dispor livremente desses montantes – advertiu Osmar Dias.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) louvou a ação rápida de Osmar Dias e do presidente do Senado junto a Malan, impedindo a assinatura do contrato.



Luiz Pontes defendeu financiamento para os municípios, destinado ao transporte de alunos

## Pontes quer recursos para transporte estudantil

Em apelo dirigido ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) sugeriu a criação de linha de financiamento especial aos municípios para que tenham condições de propiciar transporte adequado à crescente demanda de estudantes do ensino fundamental.

– A minha proposta é que seja criado um programa especial para a compra desses veículos, que seriam comercializados com redução de tributos estaduais e federais para os municípios brasileiros – disse. De acordo com o senador, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) provocou a ampliação do número de vagas e, por conseqüência, revelou que inúmeras prefeituras não conseguem assegurar transporte aos alunos matriculados na rede pública. Crescem, disse, as reclamações sobre os maus-tratos a que estudantes são sujeitos em veículos precários, utilizados principalmente pelas prefeituras mais pobres das regiões Norte e Nordeste. Aumentam também, acrescentou, os acidentes envolvendo veículos utilizados no transporte de estudantes.

## Mauro Miranda elogia projeto habitacional do Instituto Cidadania

Convidado a participar de seminário em que foi apresentado o Projeto Moradia, elaborado pelo Instituto Cidadania, que tem à frente o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que a proposta “é uma contribuição da melhor qualidade e consistência para entender a gravidade do déficit brasileiro de moradias populares, hoje calculado em 5,6 milhões de unidades”. O Instituto Cidadania constitui, na opinião do senador, exemplo de organização não-governamental “comprometida de verdade com a redução das desigualdades sociais”.

O Projeto Moradia é resultado de estudos e levantamentos realizados durante meses junto a movimentos sociais, governos municipais, universidades e organizações civis, explicou Mauro Miranda. A seu ver, a iniciativa é roteiro seguro para orientar os debates sobre a questão social da moradia e, “sobretudo, um documento que não pode ser desprezado pelo governo”,

principalmente neste momento, quando o Executivo está elaborando as linhas básicas do Orçamento da União para o próximo ano. Mauro Miranda também recomendou que o Projeto Moradia seja debatido em entidades de estudos e fundações partidárias.

O seminário, segundo o senador, foi uma espécie de movimento de conscientização sobre o problema da moradia e teve a colaboração de nomes de peso, como Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul, o senador Lúcio Al-



Mauro Miranda: o projeto é contribuição importante para combater o déficit habitacional

cântara (PSDB-CE) e Ovídio de Ângelis, secretário especial de Desenvolvimento Urbano. Participaram também a deputada Iara Bernardi (PT-SP), representando a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara; Célio de Castro, prefeito de Belo Horizonte; Luiz Roberto Ponte, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Ermínia Maricato, titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB), relator do Estatuto da Cidade; Evaniza Rodrigues, líder da União Nacional pela Moradia; e Francisco Prado, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Habitação.

O senador também anunciou que, em junho, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. Motivado pelo registro de Mauro Miranda, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou a transcrição integral do Projeto Moradia nos Anais da Casa.